

POBREZA, RAÇA E SUAS INTERSECÇÕES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA (2015-2021)

POVERTY, RACE AND THEIR INTERSECTIONS: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW (2015-2021)

Antonio Ailton de Sousa Lima¹
James Ferreira Moura Junior²
Socorro Taynara Araújo Carvalho³
Maria Rita da Silva⁴
Ezequiel Nunes de Lima⁵
Jardel Felipe Rocha⁶

RESUMO: Este artigo trata-se de uma revisão sistemática, com objetivo de analisar as produções científicas, tendo como filtro artigos acadêmicos sobre as intersecções de pobreza e raça, com as indexações nas bases Doaj Directory of Open Access Journals, Latindex, SciELO Brasil e Medline entre os anos de 2015 a 2021. Tendo como descritores “Pobreza”, “Pobre”, “Baixa renda”, “Preto”, “Negro” e “Raça”, foram identificados potenciais 695 artigos, sendo analisadas 14 produções. Com base na análise dos dados, foi possível estabelecer duas categorias, a primeira aponta os marcadores sociais como sub-representação do outro, ou como elemento de adição, já a segunda apresenta uma perspectiva interseccional, ou seja, a confluência entre os marcadores de pobreza e raça. Nos resultados notou-se que há concepções distintas de raça e pobreza a partir da construção dos escritos, em que raça em algumas produções é concebida apenas como um dado sociodemográfico e não como uma questão social e teórica que deve ser problematizada. O mesmo se aplicou a categoria de pobreza, pois embora os autores a apresentem como uma categoria unidimensional, havia aspirações multidimensionais, ou seja, a renda não era o único parâmetro de análise. Assim, atesta-se a necessidade de maiores produções que tenham uma compreensão e análise das desigualdades e opressões sociais pelo viés da interseccionalidade.

226

Palavras-chave: Pobreza. Raça. Interseccionalidade.

¹Mestre e doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Professor do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará (FAECE). Pesquisador colaborador na Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE). Bacharel em Humanidade, Licenciado em Sociologia e especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5696-2255>.

²Psicólogo e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC; Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Instituto de Humanidade da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador da Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0595-5861>.

³Mestranda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará - UFC. Psicóloga graduada pelo Centro Universitário Inta - UNINTA (2021). Especialista em Saúde Mental e Redução de Danos pela Faculdade de Quixeramobim - UNIQ (2021). Especialista em Políticas Públicas pela Faculdade Serra Geral - FASG (2022). Atua como Psicóloga na Faculdade 05 de Julho (F5). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4886-6706>.

⁴Bacharela em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8524-4562>.

⁵Bacharel em Humanidades e graduando em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Integrante da Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE), como bolsista de Iniciação Científica BICT/FUNCAP; e como colaborar em pesquisas participativas com população indígena e quilombola. Atualmente estudo trajetórias pessoais, culturas e comunicação, com foco em mídias digitais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0660-5874>.

⁶Bacharelando em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Bolsista do Programa de Educação Tutorial de Humanidades e Letras da UNILAB. Associado ao Núcleo de Est. Africanos Afro-brasileiros e Indígena da UNILAB. Membro do Movimento Negro Unificado do Ceará. Pesquisador de relações raciais e sofrimento psíquico. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5539-851X>.

ABSTRACT: This article is a systematic review, with the objective of analyzing the scientific productions, having as filter academic articles about the intersections of poverty and race, with the indexations in the databases Doaj Directory of Open Access Journals, Latindex, SciELO Brazil and Medline between the years 2015 to 2021. Having as descriptors "Poverty", "Poor", "Low income", "Black", "Black" and "Race", potential 695 articles were identified, and 14 productions were analyzed. Based on the data analysis, it was possible to establish two categories, the first one points the social markers as a sub representation of the other, or as an element of addition, the second one presents an intersectional perspective, that is, the confluence between poverty and race markers. In the results, it was noted that there are different conceptions of race and poverty from the construction of the writings, in which race in some productions is conceived only as a sociodemographic data and not as a social and theoretical issue that should be problematized. The same applied to the category of poverty, because although the authors present it as a unidimensional category, there were multidimensional aspirations, that is, income was not the only parameter of analysis. Thus, it attests to the need for greater productions that have an understanding and analysis of social inequalities and oppressions through the intersectionality bias.

Keywords: Poverty. Race. Intersectionality.

RESUMEN: Este artículo es una revisión sistemática, con el objetivo de analizar las producciones científicas, teniendo como filtro artículos académicos sobre las intersecciones de la pobreza y la raza, con las indexaciones en las bases de datos Doaj Directory of Open Access Journals, Latindex, SciELO Brasil y Medline entre los años 2015 y 2021. Teniendo como descriptores "Pobreza", "Pobre", "Bajos ingresos", "Negro", "Negro" y "Raza", se identificaron 695 artículos potenciales, siendo analizadas 14 producciones. A partir del análisis de los datos, fue posible establecer dos categorías, la primera apunta a los marcadores sociales como una sub-representación del otro, o como un elemento de adición, mientras que la segunda presenta una perspectiva interseccional, es decir, la confluencia entre los marcadores de pobreza y raza. En los resultados, se observó que existen concepciones distintas de raza y pobreza a partir de la construcción de los escritos, en los que la raza en algunas producciones es concebida sólo como un dato sociodemográfico y no como una cuestión social y teórica que debe ser problematizada. Lo mismo ocurrió con la categoría de pobreza, pues aunque los autores la presenten como una categoría unidimensional, hubo aspiraciones multidimensionales, es decir, la renta no fue el único parámetro de análisis. Así, se atesta la necesidad de mayores producciones que tengan comprensión y análisis de las desigualdades sociales y de la opresión a través del sesgo de la interseccionalidad.

227

Palabras clave: Pobreza. Raza. Interseccionalidad.

INTRODUÇÃO

Estabelecer uma relação entre pobreza e raça, é se debruçar sobre uma relação dialética que desencadeia em inúmeros problemas sociais, culturais, históricos e políticos. Nivelador de relações e interações sociais, a raça é responsável por segregar e hierarquizar as pessoas pela cor da pele, e em confluência a classe social, há uma intensificação das práticas de opressão e sofrimento em torno destes sujeitos.

Conforme o Estatuto da Igualdade Racial, a população negra no Brasil corresponde a pessoas que se autodeclaram pardas e pretas. A partir dos quesitos de raça e/ou cor delimitados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pessoas pretas e

pardas apresentam fatores socioeconômicos similares e sofrem com o racismo (BRASIL, 2010). Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada em julho de 2022, aponta-se que 47% dos brasileiros se consideram pardos, 43% brancos, 9,1% pretos e pouco menos de 1% amarelos ou indígenas. Assim, estima-se que 56,1% da população se identifica como parda ou preta, indicando um aumento nos últimos anos dos percentuais de autodeclaração de pessoas negras, com destaque para o grupo de pessoas pretas (IBGE, 2022).

A partir dos números mencionados, evidenciam-se as desigualdades e os desafios históricos em torno das mesmas, em que possuem uma longa tradição. Nessa perspectiva, aponta-se para a necessidade e a importância da Psicologia e outras áreas do conhecimento em se fazer presente nas discussões que tange a intersecção entre pobreza e raça, assim, buscando intervenções sociais e questionamentos teóricos em torno da problemática. De acordo com Pitombeira et al. (2019, p. 199), “[...] a pobreza constitui, junto com a raça, outra marca histórica da sociedade brasileira”, assim, ressalta-se a necessidade de uma compreensão e de uma análise interseccional, pois entendemos que as relações estabelecidas entre pobreza e raça se comportam de maneira imbricadas.

A interseccionalidade concebe-se no atravessamento de marcadores sociais e identitários, entendendo como os elementos presentes nessas esferas são capazes de contribuir com o estudo sobre sujeições. Para Fleury-teixeira e Meneghel (2015, p. 185), tal conceito “[...] consiste no momento analítico e político de articular e entrecruzar essas diversas categorias (raça, classe, gênero) para compreensão das opressões e subalternidades”.

Pontuamos que as aspirações interseccionais já existiam enquanto uma preocupação histórica do movimento feminista negro, porém se popularizou com a intelectual e ativista negra Kimberlé Crenshaw em 1989. Desse modo, a “[...] interseccionalidade transpõe soma das dominações ou arranjos de identidades e diferenças, possibilitando-nos avançar em perspectiva e prática de problematização rizomática” (POCAHY, 2011, p. 19), como, por exemplo, as desigualdades sociais e seus impactos concretos e subjetivos.

Conforme Crenshaw (2002), a interseccionalidade compreende as estruturas sociais, bem como, a constituição de identidades conforme a inter-relação entre normas, valores, discursos e ideologias. Desse modo, ao utilizar os descritores pobreza e raça não se almeja apenas fazer uma análise correlacionada de duas categorias independentes, mas sim, estabelecer uma linha de compreensão sócio-histórica que implica em realidades sociais de

peessoas atravessadas por questões de raça e classe que tiveram seus sofrimentos intensificados pelas estruturas sociais impostas.

Assim, além de atender os requisitos e critérios metodológicos do fazer pesquisa, buscamos nos afetar e construir um conhecimento que possa estabelecer critérios de inclusão de forma política e ética (SAWAIA, 1999). Se debruçar sobre a díade pobreza-raça é estabelecer uma relação direta com perspectivas coloniais que forjam subsídios para manutenção de tais opressões embasadas na dialética moderno-colonial. Tendo como ponto de partida a raça enquanto fruto de uma construção social (MADEIRA; GOMES, 2018), a sua origem advém do colonialismo (período histórico), assim, destaca-se a importância de tratar sobre seus efeitos na atualidade por meio da colonialidade.

Bernardino-Costa e Maldonado-Torres (2018) discorrem que a colonialidade refere-se ao pensamento colonial global capaz de desumanizar e que se presentifica de diferentes maneiras, sendo elas: colonialidade do saber, formas que validam ou não o conhecimento; a colonialidade do ser pela subjetividade do sujeito e suas experiências; e por fim, a colonialidade do poder, a partir das estruturas econômicas, políticas e culturais, entre outras. Tais colonialidades atuam como formas/ferramentas (QUIJANO, 2005) moldando e pré determinando a vida de negros(as) em situação de pobreza, resultando na precarização de sua existência.

229

Deste modo, compreende-se que a raça alinhada à pobreza intensifica as privações nas condições de vida destes sujeitos. Torna-se eloquente, uma análise da pobreza por aspectos mais complexos, na qual, “[...] deve-se também compreender que as concepções de pobreza são diversas, podendo estar baseadas em perspectivas unidimensionais e multidimensionais” (MOURA JR; SARRIERA, p. 102, 2017). Ou seja, as análises devem estar para além do indicador relacionado à falta de renda, mas também devem contemplar panoramas multidimensionais, como compreender as privações em segmentos da saúde, educação, rendimentos e dentre outros aspectos que não estão representados na lógica mercantilista. Porém, eles interferem no bem-estar dos indivíduos.

Para maiores entendimentos sobre a confluência dos marcadores, recorreremos a uma revisão sistemática de literatura (SAMPAIO; MANCINI, 2007) na busca de intelectuais e produções que fizessem apontamentos, questionamentos ou até mesmo problematizar a (não) relação das categorias em estudo. Com isso, o objetivo deste escrito consiste em analisar nas produções científicas, tendo como filtro artigos acadêmicos sobre as intersecções de pobreza e raça.

MÉTODO

Ao recorrer à Revisão Sistemática de Literatura (RSL) buscamos gerar recursos que desencadeiam em produção e crescimento de informação científica. Assim, RSL “[...] é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema, [...] mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada” (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p. 84). Sua construção se dá a partir de um sumário de evidências oriundas de estudos primários conduzindo a resolutividade de uma questão específica de pesquisa. Sampaio e Mancini (2007, p. 84) definem esse tipo de método como a elaboração “de um conjunto de estudos [...] que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras”. Nesse sentido, a revisão sistemática de literatura tem sua elaboração a partir de elementos relacionados a procedimentos constitutivos, sendo descritos em cinco etapas (SAMPAIO; MANCINI, 2007; COSTA; ZOLTOWSKI, 2014).

A primeira etapa, consiste na definição de uma questão norteadora, na qual se elabora uma problemática direcionando os rumos desta pesquisa. Estabelecem-se as seguintes perguntas de partida: Qual a relação estabelecida entre raça e pobreza na literatura? Como a interseccionalidade se apresenta nas discussões entre raça e classe? Nesse sentido, recorreremos ao banco de dados da Plataforma de Periódicos da Capes coletando artigos acadêmicos publicados nos últimos seis anos. Destaca-se que a RSL de artigos foi realizada no mês de setembro e dezembro de 2021. Mediante a isto, pontuamos que a explicitação dos meses de coleta sinaliza um recorte temporal das produções depositadas e registradas pela plataforma.

Segundo, coletando os estudos e evidências, é constituído pela definição de descritores, que quando correlacionados resultaram em nove combinações, sendo elas: “Pobreza *and* Raça”, “Pobreza *and* Preto”, “Pobreza *and* Negro”; “Pobre *and* Raça”, “Pobre *and* Preto”; “Pobre *and* Negro”; “Baixa renda *and* Raça”, “Baixa renda *and* Preto”; “Baixa renda *and* Negro”. A escolha dos descritores se deu em virtude de estudos já realizados no que diz respeito à categoria pobreza. Buscaram-se contribuições a partir de Moura Jr e Sarriera (2017), na qual estes traçaram como objetivo analisar as relações entre pobreza e suas dimensionalidades atravessadas pela renda a fim de se compreender os níveis de bem-estar. Assim, utilizaram como descritores *pobreza*, *pobre* e *baixa renda*.

Ao abordar descritores relacionados a raça, consideramos elementos históricos e conceituais que retratam as desigualdades ocasionadas desde o período da escravidão, e que se estendem até os dias atuais. Pois, vivencia-se as marcas de uma colonialidade resultantes de prática de exclusão, apagamentos e boicotes a pessoas negras em diversos âmbitos das estruturas sociais (MALDONADO-TORRES, 2019). Sendo assim, utilizou-se os descritores raça, negro e preto.

Destaca-se que a consulta se constituiu em periódicos nacionais qualificados nas análises, sendo eles: *Doaj Directory of Open Access Journals*, Latindex, SciELO Brasil e Medline. Também buscou-se construir uma revisão com base nos últimos seis anos 2015-2021, que se considerou para análise, somente as produções revisadas por pares. Com isso, ao investigar pobreza, raça e suas intersecções, a escolha dos artigos se deu pela confluência entre os dois marcadores.

A terceira fase, foi constituída pela revisão do material e definição de critérios de exclusão/inclusão, elencaram-se os seguintes critérios: produções avaliadas por pares; idioma em português, pesquisas realizadas em território brasileiro, e por fim, pesquisas que apresentassem relação entre os descritores pobreza e raça. Nesse sentido, apresentamos os números de artigos representados na tabela 1.

231

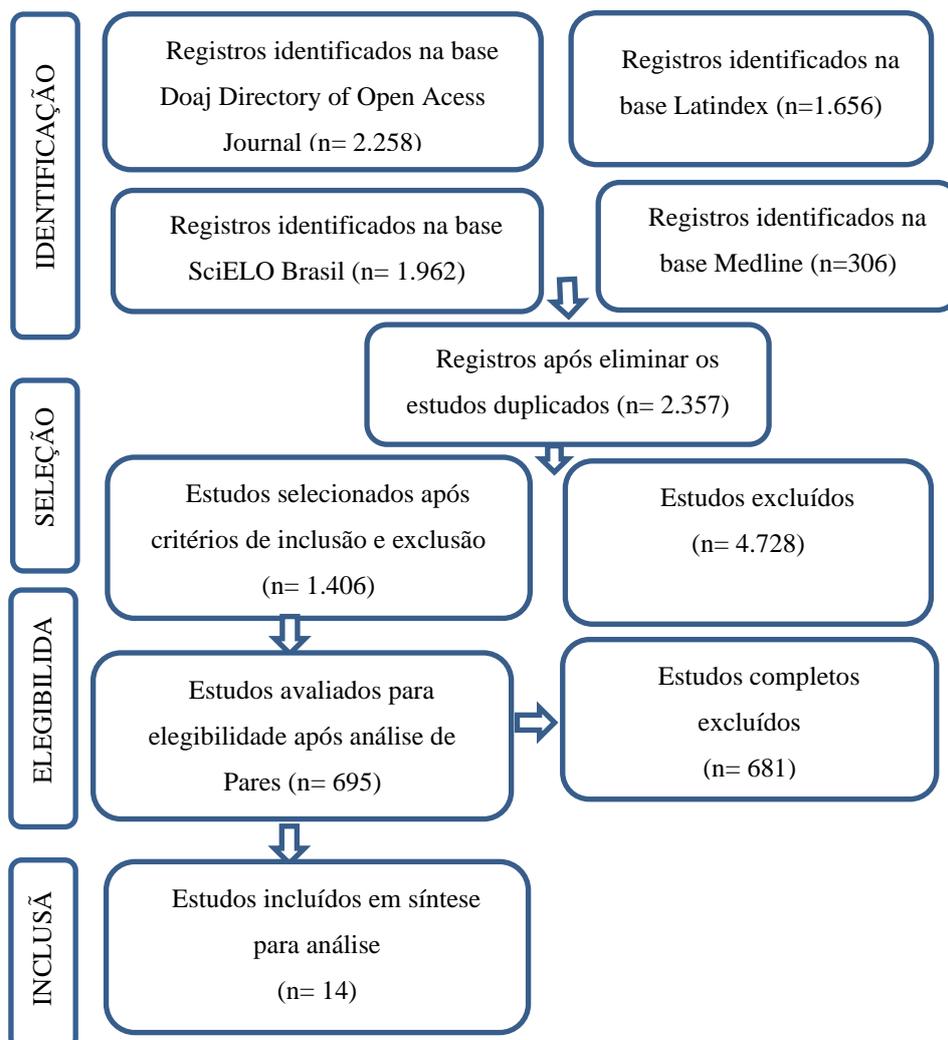
Tabela 1 - Estudos excluídos após leitura dos títulos e resumos com aplicação de critérios.

Descritores	Geral	Por pares	Português	Brasil	Selecionados pelo sistema	Não apresenta relação com a pesquisa	Para Análise
pobreza AND raça	737	630	449	423	195	193	2
pobreza AND negro	1.372	1.194	423	683	152	150	2
pobreza AND preto	423	361	280	395	123	122	1
pobre AND raça	454	355	263	477	127	126	1
pobre AND negro	1.265	999	344	971	176	175	1
pobre AND preto	339	269	212	304	97	24	-
baixa renda AND preto	551	457	391	412	137	135	2
baixa renda AND raça	622	538	471	529	257	254	3
baixa renda AND negro	371	307	257	354	142	140	2
Total	6.134	5110	3090	4548	1406	1319	14

Fonte: Elaboração realizada pelos(as) autores(as) (jan. de 2023).

Após a revisão, tendo como parâmetro títulos e resumos e aplicação de critérios, chega-se ao número de 14 (quatorze) artigos. Estes derivam das seguintes combinações de descritores: pobreza *and* raça; pobreza *and* negro; baixa renda *and* preto; baixa renda *and* raça; e baixa renda *and* negro. O processo de exclusão/inclusão foi fundamental, pois possibilitou a sistematização e escolha de estudos centrados na problematização na qual nos debruçamos a realizar. Para melhor ilustrar segue o organograma da seleção dos estudos adaptado do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (Prisma) com base em estudos de Galvão, Pansani e Harrad (2015).

Figura 1: Organograma análise revisão sistemática



Fonte: Elaboração realizada pelo autor (set. de 2020).

Inicialmente, no processo de identificação, ao somar os achados das bases de dados foi possível coletar 6.134 artigos. Destes, após a avaliação de pares restaram 5.110. No que se refere ao processo de seleção, após serem aplicados os critérios de exclusão, obteve 1.406 artigos, conseqüentemente, sendo excluídos 4.728. Desse modo, ao elencarmos os artigos

selecionados pelo sistema, destaca-se que 1.319 destes foram excluídos por não apresentarem relação com a temática em estudo. E com isso, no processo final de inclusão, apenas 14 artigos foram apontados para leitura e análise integral mediante sua relação com a temática de pobreza, raça e interseccionalidade.

Por fim, as etapas finais são: análise dos estudos selecionados e apresentação das considerações finais sobre a revisão sistemática. Destaca-se que os procedimentos elencados foram primordiais para a construção deste estudo, assim possibilitando rigorosidade e consistência na análise qualitativa dos descritores que fundamentam a presente pesquisa. Nesse sentido, apresentam-se as descrições genéricas, a saber: autoria, título, periódicos, registro na revista e ano de publicação.

- Carlos Antonio Costa Ribeiro. Contínuo racial, mobilidade social e “embranquecimento”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n.95, 2017.
- Verônica Toste Daflon; Flávio Carvalhaes; Feres Júnior João. Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. *Revista Dados*. v. 60 n. 2, 2017.
- José Alcides Figueiredo Santos. Mudanças de renda no Brasil: fatores espaciais, setoriais, educacionais e de status social. *Revista Sociedade e Estado*. v. 30, n. 3. 2015.
- Bruna Campos de Cesaro; Helen Barbosa dos Santos; Francisco Noberto Moreira da Silva. Masculinidades inerentes à política brasileira de saúde do homem. *Rev Panam Salud Publica*. v. 42, n.1, 2018.
- Lourdes Maria Bandeira; Tania Mara Campos de Almeida. A dinâmica de desigualdades e interseccionalidades no trabalho de mulheres da limpeza pública urbana: o caso das garis. *Mediações*, v. 20, n. 2, 2015.
- José Antônio; Fonseca Chehuen Neto, Geovane Mostaro; Igor Vilela Brum; João Luís Carvalho Tricote Dos Santos; Tamara Cristina Gomes Ferraz Rodrigues; Katia Rocha Paulino; Renato Erothildes Ferreira. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: implementação, conhecimento e aspectos socioeconômicos sob a perspectiva desse segmento populacional. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 20, n.6, 2015.
- Felícia Picanço. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior somando desvantagens, multiplicando desigualdades? *Revista brasileira de ciências sociais*, v.30, n. 88. 2015.

- Lívia Chaves Leite; Gustavo Raposo Pereira Feitosa. Lei antidrogas no Brasil: nova segregação racial? *Revista de Direito*, v. 13, n. 02, 2021.
- Geziela Insue. Ações afirmativas como resposta ao dilema racial brasileiro. *Revista de Direito*, v. 13, n. 2, 2021.
- Tatyane Guimarães Oliveira. Qual a classe, a cor e o gênero da justiça? Reflexões sobre as (im) possibilidades de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres negras pelo Poder Judiciário brasileiro. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 21, n. 1, 2016.
- Lilia Moritz Schwarcz. Clara dos anjos e as cores de lima. *Sociologia & Antropologia*, v.7, n.1. 2017.
- Elaine Muniz Pires. A blogosfera materna e branca: trabalho, feminismos, raça e classe na blogosfera materna brasileira. *Revista Artemis*, v. 31, n. 1, 2021.
- Dyego de Oliveira Arruda; Caroline Oliveira Santos. A realidade das populações subalternizadas em tempos de covid-19 no Brasil. *Holos*, v. 3, 2021.
- Vilkiane Natércia Malherme Barbosa; James Ferreira Moura JR. Intersecções entre Gênero, Raça e Pobreza na vida de Mulheres no Nordeste do Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 21, n. 4, 2021.

234

A partir do material coletado estabelecemos duas categorias de análise, sendo agrupados para estabelecer coesão e maior aprofundamento acerca do tema. Considerou-se a abordagem conceitual em torno das temáticas da interseccionalidade, raça e pobreza. A pobreza pode ser definida por dois parâmetros, unidimensional (fator econômico), que segundo Fabel, Teles e Caminhas (2016, p.1), esta “[...] mostra-se insuficiente para captar o universo das necessidades dos mais pobres, que se manifesta por meio de várias dimensões”. Assim, analisando a pobreza por outros fatores como de serviços e direitos básicos (MOURA JR., 2012; AZEVEDO; BURLANDY, 2010). Já a raça, foi avaliado se uso era entendida apenas como uma variável demográfica ou como uma construção social do racismo que deve ser questionada. Afinal, a raça é fruto de uma construção histórica, política e social, que constitui diferenças e segregações entre pessoas e grupos raciais (SCHWARCZ, 2019; MADEIRA; GOMES, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos critérios adotados, encontrou-se 695 registros de artigos com potencial relevância para a problemática deste escrito. Para o processo de exclusão, considerou-se elementos como: avaliação de pares, idioma, nacionalidade, e relação entre as categorias. Portanto, compôs-se para o banco de dados final, o número de 14 artigos a serem investigados. Menciona-se também que a grande parcela das produções foram excluídas da contabilização, pois estas apresentavam apenas uma única categoria de estudo, assim, não estabelecendo relação existente entre pobreza e raça. Conforme os achados, serão discutidos pontos como segmentos teóricos, conceituais e metodológicos, a fim de encontrar subsídios em pesquisas realizadas em consonância com o interesse da presente revisão sistemática.

Opressões Múltiplas e/ou Adição de Marcadores de Opressão

Nesta classificação, embora apareçam relações entre os marcadores, um sempre terá ou tem maior evidência que o outro. Conforme Henning (2015), às opressões múltiplas se concebem a partir de uma abordagem construcionista, assim, havendo distinções entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação (PISCITELLI, 2008; HENNING, 2015). Nesse sentido, os estudos analisados abaixo apresentam essa característica de compreensão interseccional.

Ribeiro (2017) aponta as questões raciais brasileiras com ênfase na cor e raça relacionados às condições socioeconômicas. A raça é discutida a partir de uma perspectiva crítica e questiona a mobilidade social de pessoas não brancas. De caráter metodológico quantitativo, verifica-se os possíveis efeitos da ambiguidade classificatória nos processos de estratificação, considerando variáveis como mobilidade educacional, ocupacional e renda.

Além disso, o autor destaca que pretos sofrem desvantagens significativas em relação aos brancos e, que embora a desigualdade de classe seja consideravelmente maior, a raça é um fator determinante nas chances de mobilidade social no Brasil. Como resultado, observa-se que os níveis de segregação espacial (brancos *versus* não brancos) são moderados nos bairros e regiões de classes mais baixas e que os bairros mais ricos são predominantemente brancos. Dessa forma, o autor apresenta a pobreza a partir de uma perspectiva unidimensional, considerando somente o aspecto monetário (RIBEIRO, 2017).

Na tentativa de compreender tais discriminações, o autor descreve que em termos de desigualdade socioeconômica, os pardos estão mais próximos de pretos, e nas suas relações,

mais próximos dos brancos. Assim, a classificação de desigualdade racial e renda tende a sofrer oscilações quando indagados por sua cor ou raça, ou quando se autoclassificam. Evidencia-se que a desigualdade racial é maior nos estratos mais altos e menor nos mais baixos. E que as desigualdades aumentam conforme o nível educacional alcançado. Além de, a desigualdade racial tem um efeito aditivo em relação à desigualdade de classe. Sendo a aparência relacionada à raça no Brasil, reforça-se o ideário de que dinheiro pode levar ao “embranquecimento” e que a pobreza ao “escurecimento” (RIBEIRO, 2017).

Já no estudo de Daflon, Carvalhaes e Feres Júnior (2017), se discutiu a discriminação percebida por pretos, pardos e brancos a partir dos dados da Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade. Entendendo as questões de raça como parâmetro de obtenção de privilégios socialmente, destaca-se que estas influenciam nas relações sociais. Assim, instiga-se para uma reflexão tendo como parâmetro a cor da pele, pontuando as proximidades e distanciamentos entre pretos, pardos e brancos em contextos sociais e em relação a (auto)percepção da discriminação e das desigualdades.

Ao discutir sobre políticas públicas de ações afirmativas, os autores retomam questões como, a inclusão de pardos ao lado de pretos, bem como, a discriminação racial ignorada/negada pelos brasileiros em relação aos pardos. Assim, os pardos muitas vezes não são vistos como um grupo discriminado ou que os próprios pardos não parecem detectá-la. De forma paradoxal: os pardos estão extremamente próximos dos pretos (desigualdade de oportunidades) e, ao mesmo tempo longe (percepção do preconceito e da discriminação) (DAFLON; CARVALHAES; FERES JÚNIOR, 2017).

Na tentativa de explicar a divergência entre a discriminação detectada, constatou-se que pretos e pardos vivenciam graus distintos de discriminação, pois a dimensão socioeconômica é uma importante moderadora de percepção de discriminação no país. Contudo, pretos e pardos de baixo *status* socioeconômico apresentam níveis de percepção de discriminação distintos. Denota-se que pardos de classes mais altas praticamente não reportam sentir discriminação, enquanto os pretos dessas classes o sentem de maneira mais aguda que os demais. Os autores abordam a pobreza por uma perspectiva unidimensional, visto que, apenas o indicador socioeconômico é utilizado como parâmetro para entender a discriminação racial (DAFLON; CARVALHAES; FERES JÚNIOR, 2017).

Destaca-se que a não identificação de pardos enquanto negros, resulta em uma não percepção de discriminação e preconceito racial sofridos, assim, os negros são identificados como único grupo racial passivo ao racismo. Na medida que a condição parda pode estar

associada a uma menor percepção da discriminação racial, se há a ausência de consciência racial. A não percepção se dá em virtude de uma naturalização das expressões de racismo e preconceito oriundo do discurso ideológico pautado em uma “democracia racial” (LIMA; VALA, 2004).

Atenta-se também sobre a pouca discussão sobre a relação entre cor, posição socioeconômica e discriminação (e suas percepções) no Brasil. E destacam que a escolaridade reduz/influencia a sensação de ser maltratado entre todos os grupos de cor, exceto no grupo de pessoas pretas, sendo a escolarização um elemento crucial na constituição das hierarquias socioeconômicas no Brasil. Desse modo, os pardos pobres percebem, constata e reportam níveis de discriminação significativamente mais altos que os brancos, mas, diferentemente dos pretos, parecem interpretá-la como discriminação “de classe” e não “de raça”. Com isso, Daflon, Carvalhaes e Feres Júnior (2017) apresentam a pobreza por um viés unidimensional, ao considerar a escolaridade como um parâmetro de mensuração e percepção da pobreza. Entende-se que há uma análise unidimensional, porém seus fatores e/ou variáveis são multidimensionais.

Em seguida, o estudo de Santos (2015) analisa as influências das variáveis espaciais, setoriais, educacionais e de posição social nas mudanças de renda no Brasil entre 1992 e 2011. Um estudo quantitativo que combina diferentes medidas e cruza variáveis independentes. Considerou-se determinantes como: divisões de classe social, grupos de *status* (gênero e raça), fatores de segmentação do mercado de trabalho ou de diferenciação da atividade econômica e credenciais educacionais. Nessa perspectiva, a pobreza foi compreendida por uma perspectiva unidimensional (renda), mas considerou-se outros fatores para além do monetário. Assim, assinala-se que essa discussão deveria ser conduzida por um viés multidimensional.

Em relação à raça, esta é discutida como um dado demográfico, sem aprofundamento e/ou discussões em torno da categoria, com impacto social em esferas estruturais e institucionais (ALMEIDA, 2019). Conforme Santos (2015, p. 750), às desigualdades de *status*, “[...] tornam-se mais efetivas na medida em que estão incorporadas em desigualdades posicionais de poder e recursos na sociedade”. Assim, outro fator que corrobora e influencia nos índices de desigualdades é a variável educacional, pois conforme o grau de escolarização geram-se novas assimetrias, transformando-se em categorias de exclusões.

Os resultados apontam que entre os anos de 1995-2011, às diferenças de renda do trabalhador associava-se às posições da estrutura social. Na relação entre renda e raça

apresentam-se discrepâncias, pois alega-se que as vantagens do grupo branco “diminuem”. Desse modo, a escolaridade reduz os efeitos na renda mediante as posições de classe sociais. E ao fazer um recorte regional, em comparação com ao nordeste, o sul e centro-oeste, demonstram-se aumentos de vantagens de renda, bem como a diminuição das vantagens do Norte e manutenção desta para o Sudeste. Destaca-se que com o aumento das diferenças significativas, se não fossem os fatores controlados, elas seriam maiores (SANTOS, 2015).

Por fim, os locais de residência e os segmentos laborais afetam os mais diversos grupos, sejam elas relacionadas a posições privilegiadas ou não. Ressalta-se que as reduções nas desigualdades territoriais de renda (municipais), contribuem para a diminuição de desigualdades entre e dentro dos grupos sociais. Em relação ao *status* de raça, observa-se que as desvantagens de pretos e pardos são bem similares. Embora haja uma progressiva diminuição da desigualdade de renda entre os indivíduos, os principais detentores de ativos de capital ainda conseguem proteger e/ou mesmo expandir seu capital (SANTOS, 2015).

Em sequência, Cesaro, Santos e Silva (2019) visam compreender a diversidade das masculinidades no bojo da historicidade de suas inter-relações, rastreando masculinidades múltiplas, mutantes e diferenciadas. A partir de contextos específicos, homens negros, pobres e jovens estão inseridos em ambientes insalubres e de constante violência urbana e, que embora os estudos evidenciem que homens negros e pobres estejam mais expostos a situações de vulnerabilidades, não se há um aprofundamento das questões e implicações que podem conceber no aspecto saúde-doença dessa população.

Embora este estudo possuía uma perspectiva interseccional, se discute pouco sobre a concepção de raça enquanto marcador identitário. Os autores também destacam que “[...] a inclusão da infância e da adolescência nesse debate também é necessária por ser fundamental no processo do tornar-se homem” (2019, p. 03), enfatizando que o grau de violência sofrida pelos jovens estudados está diretamente ligado à vulnerabilidade de seu meio social. Por fim, concluem e reiteram a necessidade de discussões com enfoque em temáticas de “gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geração, deficiência e condição étnico-racial nas ações de educação permanente dos trabalhadores e gestores de saúde pública”(2019, p. 03), afirmando que os marcadores inerentes a homens negros latino-americanos devem ser abordados na estruturação das políticas públicas de saúde, pois uma desassociação torna o processo insuficiente (CESARO; SANTOS; SILVA, 2019). Assim, considerando questões de classe social, compreende-se que são apontados aspectos múltiplos da pobreza. Ou seja,

não é única e exclusivamente a renda que definirá os sujeitos enquanto pobres, mas todas outras privações (MOURA JR., 2012).

Já Bandeira e Almeida (2015) analisam as características históricas do estado-nação brasileiro, formação étnico-racial e a modelagem da sociedade moderna e suas particularidades nas categorias sócio-profissionais, destacando o período colonial e as formas de classificações e categorizações dos sujeitos. Os autores também assinalam que tais classificações podem e determinam a futuridade do indivíduo e sua função social. Assim, a raça é pontuada a partir de um delineamento crítico atravessado por questões de gênero e suas atividades laborais. Tendo como interlocutoras garís, composição majoritariamente feminina (62%), o estudo menciona que posição social está quase que totalmente ligada à atividade laboral.

Na tentativa de entender as desigualdades entre os gêneros em uma mesma atividade, os autores apontam a influência do patriarcado sobre o sexo feminino, colocado-o em uma posição inferior. Outra problemática que atravessa a classe trabalhadora feminina é a insalubridade, pois além dos extensos percursos, há partes desse trajeto que não tem como manter sua higiene pessoal e realizarem sua alimentação, tendo que levar consigo ao longo do caminho seus pertences e ferramentas de trabalho que influenciam na sua saúde física e emocional (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015).

239

Conclui-se que há a constitui uma pirâmide hierárquica social, em que as mulheres negras e garís com baixa escolaridade são os segmentos menos favorecidos. Pontua-se que nas últimas décadas o trabalho feminino apresentou um elevado crescimento. Sendo às mulheres destinadas a trabalhos de cuidado e limpeza, posto que mulheres negras são as mais presentes nesse serviço. Neste sentido, inseridas em um contexto de vulnerabilidade e de precarização do trabalho, o entendimento da pobreza se concebe a partir de uma perspectiva multidimensional, considerando a dimensão renda e trabalho (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015).

Em seguida, Chehuen Neto et al. (2015), investigam o conhecimento da população negra acerca da política, seus potenciais benefícios e as dificuldades de acesso à saúde, a partir da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) de 2007. Essa política emerge como ferramenta na reestruturação da saúde conforme à demanda e à realidade do país, garantindo saúde, direito humano e promoção, prevenção, atenção, tratamento e recuperação de doenças à população negra.

Os autores detectaram que houve uma diminuição da qualidade e expectativa de vida da população negra, devido a maiores chances de violência e/ou morte materna e infantil e ao menor acesso a serviços. A dificuldade de obter e de agrupar informações sobre a realidade da saúde da população negra no país pode se justificar, em parte, pelos ideais de que no Brasil inexistem obstáculos de ordem estrutural, social, cultural e/ou racial para a construção de uma nação verdadeiramente democrática. Desse modo, a inclusão do item “identificação racial” em estudos científicos, mostra-se fundamental para uma compreensão acerca das condições políticas, sociais, econômicas e suas consequências no processo saúde-doença da população negra (CHEHUEN NETO et al., 2015). Assim, a raça aparece no estudo como o dado sociodemográfico, não havendo uma maior discussão conceitual e teórica que aprofunde a problematização em estudo.

Realizada em Juiz de Fora, Minas Gerais, a pesquisa possui um delineamento qualitativo de caráter transversal, exploratório e descritivo, tendo como campo as cinco regiões demográficas mais povoadas da cidade. Assim, a PNSIPN visando a população negra, apresenta que esta possui maior nível de vulnerabilidade social e econômica. Também buscou-se aferir seus conhecimentos a respeito do programa por meio do público em estudo, descrevendo os potenciais benefícios e dificuldades (CHEHUEN NETO et al., 2015). Mediante isto, conclui-se que o tipo de pobreza citado no artigo se classifica como pobreza multidimensional, pois além do aspecto de renda, também trabalha-se com a perspectiva de acesso à saúde a pessoas em situação de privação mútua associado a outras variantes.

240

Em sequência, o estudo de Felícia Picanço (2015), analisou o quadro da desigualdade de chances no acesso ao ensino superior dos jovens de 18 a 29 anos segundo raça e renda, a partir dos dados da PNAD (1993, 1998, 2003 e 2011). Em um primeiro momento, pontua-se sobre a inserção ao ensino superior no Brasil e o perfil desses estudantes, sendo eles também trabalhadores. Embora seja apresentada uma compreensão unidimensional da pobreza, considerou-se também a educação nos processos de entendimento e enfrentamento da pobreza. Ou seja, a educação promove para os indivíduos a equalização dos em termos de “oportunidades educacionais e aquisição de valores culturais, logo, os indivíduos estariam em posições mais igualitárias de competição e suas realizações dependeriam do mérito e do investimento pessoal” (PICANÇO, 2015, p. 146). Deste modo, considera-se um viés multidimensional.

Ao destacar a expansão do acesso à educação nos anos 90 por meio de programas governamentais no país, ressalta-se a iniciativa de diminuir as desigualdades entre os grupos

sociais na área da educação, principalmente a de nível superior. Entretanto, assinala-se que “[...] a desigualdade em queda para os grupos de cor e renda pode ser efeito da saturação dos grupos em vantagem” (PICANÇO, 2015, p. 151). Assim, ao discorrer sobre raça, a autora não faz uma discussão profunda em termo do conceito, apenas o apresenta como dado sociodemográfico atrelado à educação.

Picanço (2015) conduz a uma compreensão de que a diferença racial e socioeconômica são fatores determinantes para o ingresso e permanência no ensino superior. As chances de jovens brancos e ricos acessarem e permanecerem no ensino superior são maiores que as de jovens negros e pobres. Porém, jovens negros e ricos podem ter chances iguais ou superiores em relação aos brancos do mesmo grupo. Pontua-se que, por mais que as oportunidades para o acesso ao ensino superior tenham crescido entre os grupos de cor e renda, os grupos privilegiados continuam em vantagem, pois também se beneficiam dessas mudanças e oportunidades. Também observa-se que a renda e a raça são entendidas como distintas, e que a primeira produz uma desigualdade maior em relação a outra.

Ao analisarmos o estudo de Leite e Feitosa (2021), destaca-se a política de guerra às drogas no Brasil estruturada a partir de uma reformulação da legislação penal, das ações policiais e da atuação judicial. Nesse sentido, analisaram-se os efeitos decorrentes da vigência da Lei Antidrogas e sua relação com o fenômeno do encarceramento em massa de pessoas pretas e pobres. Ao considerar a histórica divisão racial na sociedade brasileira, esta vem sendo demarcada pela prática de políticas criminais e repressivas no que diz respeito ao tráfico de drogas. Os autores denunciam um caráter colonial que segue em manutenção sob a influência dos Estados Unidos a partir de discurso político-jurídico, transnacional evidenciando segregações de classe (pobres) e raça (não brancos) desse modo, a raça é apresentada a partir de uma perspectiva reflexiva sobre os efeitos/consequências em torno de sua composição social.

Oriunda de uma realidade escravocrata, o Brasil intensificou as formas de sofrimento pós abolição, pois não foram estruturadas políticas para a inserção na sociedade. Assim, restando apenas a criminalização de seus corpos e modos de vida. A cor da pele (gradações) tornou-se parâmetro de posição social e, conseqüentemente, para as formas de tratamento, principalmente policial, caracteriza geralmente por uma abordagem autoritária legitimada “[...] por meio do medo, da ameaça, e da aplicação indiscriminada da pena de prisão” (LEITE; FEITOSA, 2021, p. 08). Assim, problematiza-se a construção de raça no país e os mecanismos de violência que esta pode impulsionar.

Como reflexo do “falho” sistema judiciário, o fenômeno de encarceramento em massa, decorre de uma realidade de exclusão perpassada por raça e classe, “fundamentalmente discriminatório das práticas policiais e judiciais implementadas no âmbito da política” (LEITE; FEITOSA, 2021, p. 11). Assim, os autores reiteram que a sobrerrepresentação de negros no sistema prisional não se dá porque estes cometem mais crimes, mas sim por que há uma maior incidência da atuação policial em territórios habitados por negros e pobres.

Desse modo, as práticas de estigmas a partir de “tipos sociais” instituídos pela pobreza, cor e estilo de vida dos sujeitos, resultam em desigualdade(s), perpetuando práticas discriminatórias, tendo seu sentido distorcido e entendido como “falacioso” e “equivocado”. Com isso, a pobreza é compreendida a partir de uma perspectiva unidimensional considerando apenas as condições econômicas. Assim, compreende-se que as instituições e a lei, em seu cumprimento, agem em função de caráter discriminatório, camuflado por um ideal de “democracia” em que os negros são apartados das políticas e proteções do Estado, tendo acesso a direitos limitados. Por fim, os autores concluem que o Direito ainda reflete a doutrina instaurada no Brasil Império, ou seja, segregação e preconceitos disfarçados de igualdade. Em que a polícia e a justiça operam como uma poderosa máquina de exclusão de pessoas negras e pobres.

242

Em seguida, Iensue (2021) analisa as ações afirmativas como mecanismo ao enfrentamento do racismo estrutural e discriminação racial que se perdura sutilmente mascarado como “democracia racial”. Contextualizando o racismo a partir de fenômenos históricos, a escravidão concebeu realidades de vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais. Sendo um fenômeno estrutural, este inicialmente associou-se com pessoas de poder (elites), que na sua maioria, são pessoas brancas, homens, cristãos e cisheteronormativos, onde logo depois se disseminou em outras classes (LIMA; PORTELA; MOURA JR, 2021). Assim, sinalizando diferenças de classe e raça permeadas por dificuldades sociais e econômicas.

Sendo a população brasileira majoritariamente negra, esta sofre com descasos e lidera o índice de pobreza (IBGE, 2022). Iensue (2021) rememora o passado colonial e de pós-abolição, discorrendo sobre as condições de existência que, mesmo após a “abolição” continuavam desumanas, não tendo inserção social, acesso à escola, trabalho e demais serviços. Foram práticas de racismo que se refletiram na contemporaneidade, implicando na “invisibilidade sociológica dos não-europeus” (IENSUE, 2021, p. 10) intitulada de

colonialidade. Ou seja, as pessoas negras ainda se sentem fortemente excluídas, perseguidas e apagadas socialmente, a exemplo, o meio acadêmico. Uma das formas de caracterizar o racismo institucional, é a partir de práticas discriminatórias sistemáticas causadas pelo Estado de forma direta ou indireta contra a pessoa de cor por meio de perseguições, dentre outras opressões (IENSUE, 2021).

Ao destacar as assimetrias entre pessoas negras e não negras, entende-se que as ações afirmativas atuam como um caminho para que este paradigma seja quebrado, assim, atuando como políticas sociais ao combate de discriminações étnica, racial, religiosas, de gênero e dentre outras. Nesse sentido, essas políticas buscam a inserção de grupos que são historicamente memorizados em processos políticos como acesso à educação, saúde, emprego e dentre outros direitos na expectativa do Brasil se tornar um país mais acessível e igualitário (IENSUE, 2021).

Ademais, a autora ressalta que falácias como "todos somos iguais", potencializa o racismo estrutural, bem como dificulta a implementação das ações afirmativas, intensificando discursos em torno da "meritocracia". Reitera-se a importância de compreender sobre as políticas afirmativas, em que estas são implementadas como um caminho para pessoas pobres e negras terem acesso ao que por muito tempo lhes foi negado, sendo capaz de "erradicar" e reduzir os efeitos de um passado discriminatório (IENSUE, 2021).

243

Interseccionalidade Enquanto Prisma de Compreensão

Nesta categoria busca-se apreender maiores complexidades e cruzamentos identitários interseccionados. Desse modo, evidencia-se desigualdades e opressões expressas socialmente, presente em todos os âmbitos da vida social dos sujeitos, ou seja, essa categoria analítica "[...] permite a leitura do social a partir das múltiplas opressões que atravessam a existência singular de cada pessoa, em todos os contextos sociais" (MELLO; GONÇALVES, p.3, 2010). O entendimento adotado para a interseccionalidade segue fielmente a compreensão adotada por Kimberlé Crenshaw, na qual a mesma destaca as opressões de gênero, raça e classe. Henning (2015) intitula esse de tipo de compreensão conceitual como "abordagem sistêmica/estrutural", na qual esta determina ou estrutura a formação de identidades.

Iniciando com o estudo de Oliveira (2016), este refletiu sobre a atuação do Poder Judiciário na proteção de mulheres em situação de violência, considerando os marcadores

sociais de raça, gênero e classe. Assim, evidenciando discriminações e outras formas de exclusão na atuação do Poder Judiciário. A autora destaca que a construção social em torno da raça influencia em processos de criminalização e julgamento de pessoas negras, indo ao encontro a função de beneficiar as lutas sociais e combater às opressões. Quando atravessado por posicionamentos políticos e ideológicos, esta funciona como mola propulsora para violações de direitos para grupos específicos com fins de manutenção de privilégios. Assim, a raça se configura neste estudo a partir de uma perspectiva crítica em que há uma contextualização das condições históricas, culturais, concretas e subjetivas que endossam as vivências negras.

Considerando as situações de violência doméstica e familiar atravessadas pelos marcadores de raça, classe e gênero, Oliveira (2016) destaca a invisibilidade construída por parte das instituições (poder judiciário) e da sociedade em relação ao fenômeno. Ao recorrer à Lei Maria da Penha (2006), a autora discorre da não eficácia da mesma, pois depende do funcionamento das instituições e dos mecanismos em consonância com as determinações da lei, considerando vivências desiguais. Com base no Mapa da Violência de 2015, a autora destaca haver um aumento de homicídio de mulheres, evidenciando-se uma diminuição de homicídio de mulheres brancas, mas há o aumento no número de homicídios contra as mulheres negras. Assim, a efetividade da lei Maria da Penha, bem como seus mecanismos de proteção, tem surtido efeito com maior ênfase as mulheres brancas, enquanto as mulheres negras não têm usufruído integral e efetivamente dos mesmos mecanismos judiciais (OLIVEIRA, 2016).

244

Nesse sentido, este estudo realça a presença e os efeitos do racismo institucional acirrando desigualdades entre as mulheres. Assim, com a complexidade das relações sociais e as articulações entre as opressões e violências, torna-se necessário políticas públicas sensíveis e de compreensão interseccional. Oliveira (2016) conclui assinalando que os fatores de (re)produção das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres são ocasionados pelo capitalismo, racismo e patriarcado, assim, determinam as condições materiais de vida de mulheres negras e pobres. O Poder Judiciário no Brasil tem cor, gênero e classe social. Desse modo, a pobreza é entendida a partir de um delineamento multidimensional, e aponta para a necessidade de implantação e fortalecimento de políticas públicas que cubram esse público.

Em seguida, Schwarcz (2017) explora o uso feito pelo escritor Lima Barreto das cores, entendidas como cores sociais, no conjunto de sua obra. A autora busca denunciar práticas

de exclusão social, econômica e política geradas por contextos de pobreza e escravidão. Assim, também aponta especificidades e marcas sociais de diferença – como classe, mas também raça, gênero, região e geração –, em que estas devem ser analisadas de forma interseccional.

Schwarcz (2017) aponta que Lima Barreto evoca em suas obras uma inversão de coloração socialmente construída, assim, na medida que os malandros não eram os “morenos” e pobres, mas sim, eram os brancos e de classe média baixa. Desta forma, uma das críticas que se dirigia à obra mencionada diz respeito ao preconceito de cor e as desigualdades persistentes de raça. Também destaca-se o processo de reconhecimento racial, às relações e suas complexidades inter raciais, bem como divisões espaciais e simbólicas criadas a partir da cor social. Destaca-se a raça como um dos elementos centrais na análise feita, onde a mesma é apresentada a partir de um viés crítico na intenção de questionar e confrontar a dinâmica racial brasileira.

E assim, em Clara dos Anjos denuncia-se os maus tratos as mulheres pobres e muitas vezes afrodescendentes. E, embora raça, classe e gênero sejam sistemas de dominação distintos, relacionados, contribuem para a consolidação de uma única estrutura (2017). Na qual, grande parte da população negra, pobre e feminina sofria (e sofre) com a violência masculina, bem como o desprezo dos homens brancos, excepcionalmente.

245

Outro elemento encontrado foi a “pigmentocracia”, esta concebe-se na ascensão social pautada em tons da pele, assim, estreitando vínculos entre raça e *status* socioeconômico. Assinala-se que a pobreza associava-se à criminalidade, sendo compreendida a partir da privação monetária, ou seja, pobreza unidimensional. Com isso, conclui-se que, a escrita como “atividade espiritual”, em que se conecta ao tempo, região e a condição, assim, entendendo a raça não como condenação determinista, mas sim, a uma construção social de cor, classe e gênero (SCHWARCZ, 2017).

Em sequência, Pires (2021) analisa aspectos históricos sobre a blogosfera materna no Brasil entre mães negras e brancas. Trata-se de um estudo qualitativo que, com base no discurso, investiga recortes de classe e raça. No mesmo, não é explicitado de forma sistemática os critérios de inclusão dos blogs para análise de dados, nem como ocorreu a coleta de dados, observam-se tópicos específicos que tratam sobre blogosfera materna e negra de forma generalizada e comparativa.

Tendo como lente teórica Bell Hooks, a autora problematiza as teorias feministas hegemônicas sobre maternidades, que eram escritas permeadas por privilégios brancos.

Assim, escancarando a ausência de preposições de mulheres que estavam nas margens da sociedade, bem como discursos generalistas, universalizantes e maternalistas que invocam o ser mãe como um dado natural do feminino. Com isso, evidencia-se uma romantização que ajuda a manter o pacto narcísico da branquitude (PIRES, 2021).

Pires (2021) também denuncia um nicho virtual marcado pela branquitude, e que desconsidera discussões e angústias relacionadas à maternagem de mulheres negras e em situação de pobreza. Desse modo, destaca-se a interação entre as categorias sociais de classe, raça e gênero, apontando a complexidade na vivência de diferentes opressões, implicando na subjetividade de mulheres negras mães em situação de pobreza.

A pobreza é discutida no artigo sob uma perspectiva multidimensional, considerando renda familiar, precarização do trabalho, nível de escolaridade, letramento digital; essas condições são associadas a posição de privilégios ou falta destes no âmbito materno. Além disso, a raça é debatida num panorama de denunciar as ideias de neutralidade e meritocracia em blogs de maternagem que estão vinculadas a um feminismo branco, ignorando experiências de mães e crianças negras e em situação de pobreza, portanto, apresenta um viés crítico da raça (PIRES, 2021).

Assim, a autora aponta que o debate na maioria dos blogs de maternagem, é centrado na questão do trabalho fora do lar como uma forma de opressão ou libertação feminina e sobre a manutenção da mãe como a única cuidadora da criança. Nesse sentido, mulheres negras que consumiam esses conteúdos, começaram a notar que a blogosfera materna tem raça e é monocromática branca, com o sentimento de completa falta de representatividade. Assim, essas mães começaram a criar seus próprios blogs, que discutem sobre autoestima da criança negra e criação estratégias para enfrentar o racismo na infância, violência policial e a violência obstétrica que afeta mais mulheres negras. Logo, os blogs de mães negras têm em comum a identificação do sentimento de falta de visibilidade e reconhecimento de suas realidades nos demais blogs, que não reivindicam recortes raciais e/ou econômicos (PIRES, 2021).

Arruda e Santos (2021), a considerarem a elevada taxa de letalidade e contágio da pandemia, objetivaram problematizar a realidade das populações subalternizadas no Brasil, desnudando o modo como a Covid-19 torna ainda mais sensível à conjuntura de morte e sofrimento historicamente relegada a esses sujeitos. Conforme as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e jurídicas postas no Brasil, a Covid-19 potencializou desigualdades já existentes, onde acessar serviços públicos de saúde se tornou uma disputa.

Contrariando a tese de que a pandemia de Covid-19 é democrática, os autores assinalam que disseminação de Covid-19 se deu majoritariamente em perfis específicos, tais como, socioeconômicos, raciais e identitários, assim rememorando a naturalização da histórica e presente precarização/extermínio destes sujeitos. Desse modo, a necropolítica opera em prol de um sistema opressor dominado pela elite [que ainda segue uma lógica colonial] e pelo Estado, regulando aqueles que poderão viver e aqueles que deverão morrer, que consequentemente, são escolhidos a partir da classe social e raça. Assim, a pobreza é interpretada a partir de outros indicadores que retratam a multidimensionalidade na forma de enfrentar a situação imposta pelos sistemas sociais vigentes.

Realçam-se os contextos de racismo, classismo, sexismo e homotransfobia, ou seja, o papel desempenhado de ser “outro” que destoa das normas que representam a referência de poder e de agência na sociedade. Assim, estando desprivilegiado de seu reconhecimento enquanto ser humano e vulnerável a práticas de violências. Há um crítica a forma de organização e construção social da raça no Brasil. A exemplos, os autores mencionam as mortes de pessoas pobres e negras residentes em favelas brasileiras, em que já são tidos como eventos normais e cotidianos e desprovida de maiores atenções. A necropolítica no Brasil opera enquanto um fenômeno crônico de extermínio. Ao considerar o aumento de mortes nos últimos anos, destaca-se que tal quantitativo pode estar associado a difusão de ideologias e discursos conservadores [práticas de um (des)governo Bolsonaroista], assim proliferando percepções estigmatizadas de corpos que destoam do padrão. Ao trazer as favelas no país, retrata-se a dinâmica econômica pautada em atividades informais e precárias, desse modo reitera-se que esse cenário se tornou mais complexo com a pandemia de Covid-19, ao considerar o contexto de vulnerabilidade instaurado em que a grande maioria (68%) das pessoas residentes em favelas brasileiras são negras.

Conclui-se que a Covid-19 tornou ainda mais sensível e rápido o extermínio dos corpos subalternizados, assim se efetivando a necropolítica de corpos moradores de favelas, pobres, negros/as, indígenas, quilombolas, mulheres trabalhadoras, travestis e transexuais no Brasil. Com a Covid-19 isso não representa uma novidade para as populações subalternizadas do país. Assim, para que ocorra mudanças é necessário permitir que a economia seja uma via de emancipação das pessoas. Também julga-se importante (re)estruturar as relações políticas para que o Estado seja uma via de emancipação e cuidado para as pessoas subalternizadas, ou seja, possibilitar que as políticas públicas cheguem de forma eficaz até esse público.

Por fim, Barbosa e Moura Jr. (2021) analisaram os impactos das intersecções do gênero, da raça, e da pobreza no modo de vida das mulheres de uma comunidade no Nordeste do Brasil. Sendo os marcadores de raça, classe, gênero e geração, fundamentais para a compreensão dos modos de vida das pessoas, os autores ressaltam que é a partir destes marcadores que se entende os processos psicossociais e as estratégias de enfrentamento. Assim, a interseccionalidade reconhece a multiplicidade de diferenças e das opressões.

Quanto à raça, os autores concebem que esta é uma construção social ideológica e que deve ser entendida a partir do viés político, com objetivo de denunciar a hierarquização pautada na cor. Já ao se portarem a pobreza, destacam a situação de marginalização e subalternidade, em que essa situação diminui as capacidades de agenciamento, afetando seus modos de vida e seu bem-estar subjetivo.

Nesse sentido, destaca-se que a confluência desses marcadores interseccionais “[...] podem operar desigualdades, discriminações, opressões e vulnerabilidades, quanto podem operar emancipação, empoderamento e resistências, tendo a capacidade de reverberar em estratégias de agenciamento democráticos” (BARBOSA; MOURA JR., 2021, p. 1481). Assim, destaca-se as formas de opressão sofridas pelas mulheres pretas e pobres, problematizando a estrutura social, as relações sociais e as subjetividades produzidas no cotidiano, ou seja, compreende-se a pobreza vivenciada pelas mulheres para além das dimensões objetivas, também consideram-se as dimensões subjetivas. Afinal, devido ao sistema patriarcal, as mulheres sofrem mais os efeitos da pobreza do que homens. E que a pobreza também se constitui de forma distinta ao considerar o caráter racial. Desse modo, entende-se que é o funcionamento desse projeto colonial, em que a colonialidade funciona em prol da manutenção desses sistemas.

Ao destacar o gênero, destaca-se que esse é instituído a partir do racismo estrutural e da organização social desigual e capitalista profissional/trabalhista, que no seu cerne também é social. Assim, as mulheres, por conta da divisão social do trabalho, tornam-se mais vulneráveis, pois tendem a ocupar uma posição de subalternidade e dependência financeira com mais facilidade do que homens, até mesmo quando estas possuem um maior nível de escolaridade. Tais desigualdades se dão em virtude do sistema e do poder patriarcal, racista e hierárquico brasileiros. Com isso, ressalta-se que a abordagem interseccional é necessária para lidar com o fenômeno da pobreza e suas relações com o gênero e a raça. E que a interseccionalidade também opera processos de resistência, principalmente pelas

mulheres da comunidade participantes da pesquisa, sendo necessário atuar no fortalecimento e entendimento dessas estratégias de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados da revisão sistemática, há a compreensão de uma limitação nas investigações que dizem respeito à confluência interseccional de pobreza e raça, bem como, no investimento de uma maior conceitualização. Nesse sentido, observa-se que há concepções distintas de raça e pobreza a partir da construção dos escritos, onde a raça em algumas produções é concebida apenas como um dado sociodemográfico e não como uma questão social e/ou teórica que deve ser problematizada. O mesmo se aplicou a categoria de pobreza, pois embora os autores a concebem como uma categoria unidimensional, haviam aspirações multidimensionais, ou seja, a renda não era o único parâmetro de análise.

Também se evidencia que os(as) autores(as) ao tentarem estabelecer uma relação interseccional dos marcadores em estudo, estes a apresentaram e a conceberam de duas perspectivas; na primeira, os marcadores sociais e/ou identitários são compreendidos a partir de uma sobreposição mútua, tendo um caráter aditivo. Já na segunda, estes marcadores são apresentados como congruentes, ou seja, interseccionados com o mesmo “valor” de confluência.

249

Por fim, destaca-se que as limitações deste estudo estão relacionadas com o período temporal, bem como, os tipos de publicações escolhidas para análise. Acredita-se na necessidade de realização de mais estudos com base na perspectiva interseccional que possa revelar os mais diversos contextos e suas opressões. Assim, evidenciando tais práticas de opressão como confluentes e não a partir de uma perspectiva aditiva, em que um marcador identitário se sobrepõe ao outro. Desse modo, compreendendo as limitações no que tange ao período temporal em recorte, bem como os tipos de produções escolhidas, esta pesquisa faz ilustrações da realidade social dotadas de marcadores identitários interseccionados, assim podendo pensar em estratégias de enfrentamento às desigualdades sociais, com a implantação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

AZEVEDO, Darana Carvalho de; BURLANDY, Luciene. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. **Revista Katálysis**, v. 13, p. 201-209, 2010. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000200007>.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tnia Mara Campos. A dinâmica de desigualdades e interseccionalidades no trabalho de mulheres da limpeza pública urbana: o caso das garis. **Mediações**, v. 20, n. 2, p. 160, 2015. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p160>.

BARBOSA, Vilkiene Natércia Malherme; MOURA, James Ferreira. Intersecções entre Gênero, Raça e Pobreza na vida de Mulheres no Nordeste do Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 4, p. 1478-1499, 2021. Doi: <https://doi.org/10.12957/epp.2021.64031>.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF, 2010.

CESARO, Bruna Campos De; SANTOS, Helen Barbosa dos; SILVA, Francisco Norberto Moreira da. Masculinidades inerentes à política brasileira de saúde do homem. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 42, p. e119, 2019. Doi: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.119>.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, Sílvia H.; DE PAULA COUTO, Maria Clara P.; VON HOHENDORFF, Jean Manual **de produção científica**. São Paulo: Penso Editora, 2014, 55-70.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.

CHEHUEN NETO, José Antônio et al. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: implementação, conhecimento e aspectos socioeconômicos sob a perspectiva desse segmento populacional. **Ciencia & saude coletiva**, v. 20, p. 1909-1916, 2015. • <https://doi.org/10.1590/1413-81232015206.17212014>

DE OLIVEIRA ARRUDA, Dyego; SANTOS, Caroline Oliveira. A realidade das populações subalternizadas em tempos de covid-19 no Brasil. **Holos**, v. 3, p. 1-18, 2021. Doi: <https://doi.org/10.15628/holos.2021.11654>.

DAFLON, Verônica Toste; CARVALHAES, Flávio; FERES, João. Sentindo na pele: percepções de discriminação cotidiana de pretos e pardos no Brasil. **Dados**, v. 60, p. 293-330, 2017. <https://doi.org/10.1590/001152582017121>

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. Para além da renda. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, 2016. <https://doi.org/10.17666/319205/2016>

FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. **Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: SciELO- Editora FIOCRUZ, 2015.

GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Souza Andrade; HARRAD, David. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 24, p. 335-342, 2015.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**. v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

IENSUE, Geziela. Ações afirmativas como resposta ao dilema racial brasileiro. **Revista de Direito**, v. 13, n. 2, p. 1-32, 2021. doi.org/10.32361/2021130211210.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores 2022**. Brasília: MS; 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-epobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>, Acesso em: 05 mar. 2022.

LEITE, Livia Chaves; FEITOSA, Gustavo Raposo Pereira. Lei antidrogas no Brasil: nova segregação racial? **Revista de Direito**, v. 13, n. 02, p. 01-29, 2021. Doi: 10.32361/2021130211200.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de psicologia (Natal)**, v. 9, p. 401-411, 2004. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas

dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p.27-53.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, p. 463-479, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>.

MOURA JR., James Ferreira Moura; SARRIERA, Jorge Castellá. As relações entre pobreza e bem-estar: uma revisão sistemática. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 100-125, dez. 2017. DOI: 10.5433/2236-6407.2016v8n2p100.

MOURA JR., James Ferreira; LIMA, Antonio Ailton de S.; PORTELA, Francileuda Farrapo. Discursos da elite branca local sobre raça e políticas de reparação em duas cidades no interior do Nordeste. **Sociedade em Debate**, v. 27, n. 1, p. 183-201, 2021. Doi: <https://doi.org/10.47208/sd.v27i1.2750..>

MOURA JR., James Ferreira. Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MELLO, L.; GONÇALVES, E. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Rev Cronos**, v. 11, n.2, 163-73, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2157>. Acesso em: 01 mar. 2023.

OLIVEIRA, Tatyane Guimarães. Qual a classe, a cor e o gênero da justiça? Reflexões sobre as (im) possibilidades de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres negras pelo Poder Judiciário brasileiro. **Mediações-Revista de Ciências Sociais, Londrina**, v. 21, n. 1, p. 103-123, 2016. Doi: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2016v21n1p103>.

PITOMBEIRA, Delane Felinto et al. Reflexões Decoloniais sobre as relações entre Pobreza e Racismo no Contexto Brasileiro. **Capoeira – Revista de Humanidades e Letras**. v. 5 n. 2, p. 197-215, 2019. Disponível em: <https://www.capoeirahumanidadeseletras.com.br/ojs-2.4.5/index.php/capoeira/article/view/215>. Acesso em: 04 mar. 2022.

POCAHY, Fernando. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 13, n. 23, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/33368645/Interseccionalidade_e_educacao_e_educacao_e_educacao_car_tografias_de_uma_pratica-conceito_feminista. Acesso em: 05 mar. 2022.

PICANÇO, Felícia. Juventude por cor e renda no acesso ao Ensino Superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, p. 145-181, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/3088145-179/2015>. Acesso em 12 nov. 2021.

252

PIRES, Elaine Muniz. A blogosfera materna e branca: trabalho, feminismos, raça e classe na blogosfera materna brasileira. **Revista Artemis**, v. 31, n. 1, p. 183-203, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/60140>. Acesso em 13 fev. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70311249015>. Acesso em 11 dez. 2021.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Contínuo racial, mobilidade social e “embranquecimento”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, 2017. Doi: <https://doi.org/10.17666/329503/2017>.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. 107-130.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**, p. 96-116, 1999.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, p. 83-89, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Clara dos anjos e as Cores de lima. **Sociologia & Antropologia**, v. 7, p. 125-155, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v7i16>.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Mudanças de renda no Brasil: fatores espaciais, setoriais, educacionais e de status social. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 749-772, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015.00030008>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.